

Revisão da Reforma Tributária no Senado

PÁG. 8

ENTREVISTA
Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

PÁG. 4

NEGÓCIOS
Automação
Contábil

PÁG. 6

CAPACITAÇÃO
Gestão de
Negócios

PÁG. 13



Rua Augusto Severo, 168 - Porto Alegre/RS
CEP 90240-480 - Tel.: 51 3343 2090

EXPEDIENTE

DIRETORIA 2022-2024 - TITULARES

Presidente:

Flávio Duarte Ribeiro Júnior

Vice-Presidente de Gestão:

Lúcia Elena da Motta Haas

Vice-Presidente Financeiro:

Maurício Gatti

Vice-Presidente Legislativo e Institucional:

Celso Luft

Vice-Presidente de Trabalho e Relações Sindicais:

Felipe Faccioni

Vice-Presidente de Ensino e Educação:

Paula Dahmer

Diretora Legislativa e Institucional:

Caroline Sebastião de Oliveira

Diretor de Relações Trabalhistas:

Roberto da Silva Medeiros

Diretor de Educação:

Wanderson Ferreira Garcia

Diretor de Eventos:

Jorge Fernando Câmara Ferla

Diretor de Assuntos Tributários:

Rafael Borin

Diretores Regionais:

Adauto Miguel Frohlich

Sérgio Luiz Rosseto

Luiz Carlos Teixeira de Oliveira

SUPLENTE

Vanessa Malinowski Casagrande | Sergio Laurimar Fioravanti | Carmen Alves Tigre | Luis Fernando Ferreira de Azambuja | Clovis da Rocha | Jorge Vanderlei da Costa | Rodrigo Kich

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior | Flávio Dondoni Júnior | José Inácio Bresolin

SUPLENTE

Lisandra Verônica Ceratti da Rosa | Ana Paula Mocellin Queiroz | Andrea Silveira Carvalho

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO:

TITULARES

Célio Luiz Levandovski

Flávio Duarte Ribeiro Júnior

SUPLENTE

Valdir Ferreira Rodrigues

Lúcia Elena da Motta Haas

Gerente Executivo:

Rui da Cunha Castiglía



CONSELHO EDITORIAL

Célio Levandovski | Celso Luft | Diogo Chamun | Caroline Oliveira | Lúcia Elena Motta Haas | Luis Fernando Ferreira de Azambuja | Rafael Borin | Rui Castiglía

PRODUÇÃO EDITORIAL

Office Press Comunicação

Jornalista responsável: Guto Moisés
(Fenaj 6543/RS)

Fotos: Office Press e Arquivo SESCOF-RS

Revisão: Press Revisão

Editoração eletrônica: Agência Pense

Comercialização de anúncios:

officepress@officepress.com.br

Tel.: 51 99968 7000

PALAVRA DO PRESIDENTE

Agora é com o Senado

Com aprovação da Reforma Tributária (PEC 45/2019), na Câmara dos Deputados, agora será a oportunidade do Senado Federal, na qualidade de casa revisora, avaliar, analisar e sugerir alterações na emenda constitucional. Nesse sentido, o SESCOF-RS apresentou à FENACON, federação nacional que representa o setor no Congresso Nacional, suas contribuições para subsidiar o entendimento dos senadores na votação da matéria.

De forma objetiva, entendemos que a Reforma Tributária precisa atender e revisar cinco pontos de suma importância para o setor de serviços, em especial, e também para os demais setores econômicos. Tais apontamentos referem-se a dispositivos do texto que devem ser alterados na casa revisora, o Senado, a fim de garantir uma reforma que atenda às premissas básicas à manutenção necessária da tributação global e entre setores, alinhadas às políticas para melhoria do ambiente de negócios, para consequente desenvolvimento da economia.

1. Não aumento de carga tributária global e setorial

Após a definição das alíquotas do IBS e da CBS, por Lei Complementar e/ou resolução do Senado Federal, não se tem qualquer garantia de que não haverá aumento de carga tributária.

2. Não cumulatividade ampla e imediata

O texto proposto não garante isso ao prever hipóteses, a serem definidas por Lei Complementar, em que



FLÁVIO RIBEIRO JÚNIOR

o aproveitamento dos créditos ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente nas aquisições de bens e serviços (Inciso II, do parágrafo 5º, da redação).

3. Impedimento à criação de obrigações acessórias

É necessário garantir o impedimento à criação de

obrigações acessórias (incluindo novo artigo entre os arts. do ADCT), as quais costumam ser impostas pela administração tributária, à revelia das empresas e dos custos consequentes delas.

4. Respeito ao princípio da noventena na definição das alíquotas de referência pelo Senado Federal

O texto proposto não obriga que a definição das alíquotas de referência para os novos tributos sobre bens e serviços respeite o princípio constitucional que garante um prazo mínimo de 90 dias para que sejam cobrados tributos.

Acreditamos que os senadores estarão sensíveis às questões anteriormente apresentadas, as quais buscam garantir a previsibilidade e segurança tributária para as empresas, além de assegurar o não aumento de carga tributária e debate sobre as alíquotas a serem adotadas em leis complementares. O SESCOF-RS está atento aos movimentos em Brasília e se mantém atuante na liderança e representação das empresas de serviços no Estado.

Flávio Ribeiro Júnior
Presidente do SESCOF-RS

SESCON-RS EM BRASÍLIA

As vice-presidentes Lúcia Elena Haas (Gestão) e Paula Dahmer (Educação) apresentaram na FENACON, em Brasília, o projeto “Formação de mão de obra e desenvolvimento profissional”, do SESCOON-RS, para o SENAC. A experiência foi compartilhada com a presidência da Federação e com o superintendente Josué Tobias.

A contribuição do SESCOON-RS ao sistema FENACON recebeu atenção especial do presidente dessa entidade: “Estamos elaborando um projeto para qualificar e trazer mão de obra para empresários de todo o país. O projeto está em fase de construção e ainda será lançado, mas, com certeza, atingiremos as áreas de setor fiscal e pessoal das empresas interessadas”, disse Daniel Coêlho.

O público-alvo do projeto são jovens a partir de 16 anos, estudantes do Ensino Médio, preferencialmente da rede pública, e adultos que queiram fazer uma transição de carreira ou reingressar no mercado de trabalho. As capacitações estão concentradas em técnicas de Assistente de Departamento Pessoal e práticas de Assistente Fiscal.



AÇÕES SESCOON-RS

II ENCONTRO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS



O presidente Flávio Ribeiro Júnior participou do II Encontro das Organizações Contábeis, promovido no dia 12 de julho pelo Conselho Regional de Contabilidade do RS, no auditório do Centro de Eventos do SESCOON-RS. O empresário contábil Joacir Luís Reolon fez a palestra inaugural com o tema ‘A Gestão nas Organizações Contábeis’.

ENCONTRO DE PRESIDENTES



Não é todos os dias que quatro presidentes do SESCOON-RS se encontram. E aconteceu durante a inauguração das novas instalações da cozinha do Espaço Gourmet, que fica no Centro de Eventos. Lá, estavam Jaime Gründler Sobrinho, da gestão de 2010, Diogo Chamun, de 2014, Célio Luiz Levandovski, de 2018 e da atual gestão, Flávio Ribeiro Júnior, de 2022, o 10º presidente dos 35 anos de fundação da entidade.

PELOTAS INAUGURA CASA DE CULTURA

A Diretora Regional da Região Sul, Eni Zomar de Melo Dias, participou da instalação da primeira Casa de Cultura de Pelotas, realizada no Clube Caixeiral. Com a presença da prefeita Paula Mascarenhas, o Contador Carlos Roberto Vaz da Silva Almeida tomou posse na sexta cadeira da inaugurada Casa de Cultura. A comunidade Contábil prestigiou a cerimônia da nova entidade cultural através do SESCOON-RS, pela Conselheira do CRC-RS Marlete Ribeiro, e pelo presidente SINDICONTÁBIL Pelotas e Região, Mário Luiz Morales Gularte.



CAFÉ CONTÁBIL EM SANTA MARIA

O Programa de Incentivo ao Aparentamento da Segurança Pública – PISEG/RS foi a pauta do Café Contábil, que ocorreu no auditório do Espaço Contábil, em Santa Maria. O Diretor Regional Luiz Oliveira participou do evento, que contou com as presenças do Major Rodrigo Alves Kunzler e do Capitão Jarles Wilson Vieira Barcellos, do Batalhão de Polícia de Choque, e do Delegado Regional da Polícia Civil, Sandro Mainerz. Segundo Oliveira, o programa PISEG “tem por objetivo o aporte de valores com destino ao aparelhamento da segurança pública, através de recursos correspondentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recolher”, disse.



PREFEITO DE PORTO ALEGRE, SEBASTIÃO MELO

“Ser prefeito é cuidar da

GUTO MOISÉS

Nesta entrevista exclusiva para a Revista SESCO-RS, o prefeito da capital gaúcha faz uma avaliação de sua gestão e trata das questões tributárias, especialmente sobre a Reforma Tributária, que terá agora sua revisão no Senado.

O SESCO-RS é uma entidade que atua de forma colaborativa com os órgãos de Governo. Qual é a sua avaliação sobre este relacionamento institucional?

O Contador, os empresários contábeis atuam como um mediador de conflitos, um apontador de soluções, e ele tem uma relação entre o empreendedor e o poder público e, ao fim e ao cabo, é ele quem faz esta função que envolve questões fiscais e tributárias. A burocracia é um grande problema no país e, dentro disso, está Porto Alegre, que ainda tem muito déficit nesta área. E quero aproveitar para dizer o seguinte: esta reforma tributária feita no tapetão só tem teses e quem defende a reforma diz que é maravilhosa. Eu quero ir para o fato concreto. O Brasil levou 500 anos para ter um pouquinho de autonomia para seus municípios, que, para mim, é o ente mais importante, onde você e

eu moramos, onde a vida acontece. Então, quando você faz uma reformada tributária sacando, tirando a autonomia dos municípios, você feriu de morte onde o cidadão mora.

Nós estamos na contramão do país e os serviços, que o SESCO-RS representa, não se pode fazer uma reforma tributária que desequilibre setores da economia.

Você tem que ter o equilíbrio e, quando as exceções passam a ser maiores que a regra, é outro grande problema. Quando vierem

as votações das alíquotas do projeto de Reforma Tributária, vai haver uma guerra diária, de lobby, que a minha alíquota tem que ser menor que do outro. Então, cada vez que eu criar mais uma exceção, o IBS – Imposto de Bens de Serviço – vai subir. Já existem projeções que o Brasil poderá ter o maior IBS do mundo, podendo chegar a 28% nos serviços de cabeleireiro, locação de carros, serviços de hotéis, etc. Esta re-



forma é desenho de um desarranjo tributário. Nós estamos falando em serviços. Quando você tira do ente federado, dos municípios, você está tirando saúde, educação, ações sociais, infraestrutura, estão tirando serviços para as pessoas.

Qual tem sido a atenção da prefeitura em relação aos novos modelos de negócios e ao desenvolvimento econômico?

A nossa gestão cuida de todos os setores da economia. A inovação tem uma capacidade de fazer diferente. E quem não inova não entrega. Quem inova faz a trans-

A inovação tem uma capacidade de fazer diferente. E quem não inova não entrega.

Cuidar da cidade é cuidar das pessoas!”

formação social. O incentivo aos modelos mais novos de negócios é um fator do mundo moderno de se fazer negócios. Quando você facilita a abertura de negócios, não se facilita só para inovação, mas para todos os setores da economia. A inovação tem destaque porque a economia viveu vários ciclos da humanidade. Desde a máquina a vapor, passamos por vários ciclos e a economia de hoje é digital. No passado, eram as petroleiras que tinham os maiores capitais do mundo. Hoje, é a Google e outras gigantes da nova economia. A economia é cíclica e este processo de inovação precisa de uma atenção especial. Nós colocamos na agenda da prefeitura como ponto central a inovação.

A digitalização fiscal e o atendimento às empresas fazem parte do dia a dia das empresas contábeis. Quais são as melhorias de sua gestão neste setor?

Nós somos uma gestão amiga do empreendedor. Porque o empreendedorismo tem uma capacidade de produzir a transformação social. O mundo já vive a transformação digital há muito tempo, e Porto Alegre, desde janeiro de 2021, acelerou bastante este processo.

Nós estamos finalizando a Nota Eletrônica, o que facilita muito a vida do cidadão. Nós baixamos 35 impostos, em destaque na área dos eventos, dos telecentros, guinchos, entre outros. Isso fez com que,

hoje, Porto Alegre seja reconhecida como uma cidade com excelente ambiente de negócios. Ou seja, licenciar rápido, diminuir a papelada e a burocracia. É um conjunto de ações que faz com que o empreendedor se sinta seguro na nossa cidade. E o SESCON-RS tem um papel nisso, sempre foi o nosso parceiro, sempre nos incentivou a estes caminhos e vamos continuar assim neste um ano e meio do nosso mandato.

A zeladoria e o embelezamento da cidade foram destaques de seu plano de governo. Como o porto-alegrense tem a percepção dessas melhorias?

O porto-alegrense já percebeu, desde o primeiro dia, o cuidado que temos com a cidade e a busca de parcerias para poder manter essas melhorias. Não basta consertar o banco da praça, cortar a grama, trocar a lâmpada, se a partir daquele momento não passar a ser cuidada. É um ativo magnificado tu teres 700 praças, mas cortar grama, manter todos os cuidados necessários é uma zeladoria que envolve muito dinheiro. Nós temos hoje os prefeitos e as prefeitas das praças, um programa

Temos, ainda, um desafio importante a enfrentar: o déficit da separação do lixo. Cidade limpa é aquela que ninguém suja.

de sucesso da nossa gestão. Adoção de espaços públicos, como viadutos, os terrários urbanos. Temos, ainda, um desafio importante a enfrentar: o déficit da separação do lixo. Cidade limpa é aquela que ninguém suja. E começa dentro de casa quando você descarta o lixo doméstico. A zeladoria é importante para a qualidade de vida de uma cidade. É importante fazer também uma proteção social, ter uma rede de acolhimento, para os que mais precisam. Temos hoje cinco restaurantes populares para atender esta população carente. Nós temos os albergues e dezenas de convênios para acolhimento de pessoas em situação de rua. Nós temos muitas outras entidades conveniadas atuando no tecido social da cidade. Esta política pública é essencial para a cidade com todos os seus desafios. Temos, também, uma rede escolar com 70 mil alunos, com pleno atendimento e qualidade de ensino. Zeladoria, inovações, políticas sociais, a cidade é um conjunto de ações. E, ainda, a necessária infraestrutura e obras viárias, importantes para atender à circulação da cidade. Ser prefeito é cuidar da cidade e cuidar das pessoas!

O empresário

Os serviços contábeis estão em plena transformação, e muitas mudanças e inovações tecnológicas estão mudando esse setor, impulsionados pelo declínio da burocracia e pela necessidade de praticidade do negócio. Essas mudanças levaram a um aumento no profissionalismo, na responsabilidade, na qualidade e na agilidade dos serviços contábeis. E vários fatores fizeram mudanças significativas nas contabilidades, entre os quais os editores e criadores de software para as empresas de contabilidade.

Para o executivo Fernando Coan, porta-voz de Thomson Reuters, “as novas tecnologias têm redefinido a maneira como o trabalho contábil é feito e seu papel junto aos clientes. Automação, digitalização e integração – aspectos centrais para os novos papéis do contador – permitem que os profissionais aumentem sua eficiência,

simplifiquem seus processos, controlem custos de operação e sejam mais ágeis. Neste sentido, diz Coan, “esses fatores são centrais para que o profissional possa dedicar cada vez mais tempo naquilo em que ele pode oferecer de mais valor: uma atuação consultiva, o foco no acompanhamento de mudanças regulatórias, e o protagonismo na redefinição de sua própria profissão. O empresário contábil digital é o profissional que domina as soluções e dinâmicas digitais para aumentar o seu valor para o cliente.

Um papel decisivo para o sucesso de PMEs, que representam uma parcela significativa da nossa economia”, comentou.

Com a Reforma Tributária, a Thomson Reuters está preparada para atender e ajustar seus mecanismos de gestão, conforme explica o executivo: “O empresário contábil é um parceiro essencial para seus clientes, com um papel que vai muito além das obrigações e atinge planejamento, eficiência



FERNANDO COAN

FOTO: DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

e uma consultoria de sucesso completo. Já em relação à Reforma Tributária, haverá um período de acompanhamento de seus desdobramentos e de readequação às suas demandas e será acompanhada por outra transformação disruptiva com as novas tecnologias que estão sendo aplicadas. Esse cenário reforça a importância estratégica do empresário contábil junto aos seus clientes, tornando-o um consultor indispensável para

Para que o profissional possa dedicar cada vez mais tempo naquilo em que ele pode oferecer de mais valor: uma atuação consultiva.

contábil digital

O empresário contábil é um parceiro essencial para seus clientes, com um papel que vai muito além das obrigações.

que seus clientes sejam assertivos e qualificados em suas movimentações. Na sua opinião, “a função do empresário contábil digital é trabalhar com dados e insights qualificados, em tempo real e de forma transparente para assegurar o sucesso de seus clientes, através das transformações que o sistema tributário e os modelos de negócios

atravessarão”, afirmou Fernando Coan.

A complexibilidade dos sistemas fiscais e de DP exige conhecimento em tempo real, treinamento de equipes e investimentos em ferramentas de gestão. A Thomson Reuters, pela experiência de ativação dos sistemas, conhece de perto as etapas que os escritórios contábeis devem seguir para atingir seus objetivos de atendimento e faturamento. “É verdade. Entre os desafios dos escritórios contábeis para adaptação ao que chamamos aqui na Thomson Reuters de ecossistema digital, está o treinamento de equipes. Na Domínio, ofertamos continuamente cursos específicos sobre a rotina de um Departamento Pessoal, com o objetivo de orientar os profissionais da

Na Domínio, ofertamos continuamente cursos específicos sobre a rotina de um Departamento Pessoal.

área. Com o conhecimento assimilado pela equipe, a segunda fase envolve o uso desse ecossistema digital, que, de cara, já traz junto às soluções Domínio nossos parceiros ASIS, SIEG, Conta Azul e AWS. O ecossistema digital reúne essas conexões e integrações de produtos e serviços sob a validação Thomson Reuters”, finalizou o executivo.



PQCRS
PROGRAMA DE QUALIDADE CONTÁBIL
CICLO 2023/2024

Supere limites
Conquiste resultados

ACESSE:
Q www.pqcrs.com.br

ORGANIZAÇÃO:




Senado irá deliberação da Reforma

O Senado deverá votar até outubro deste ano a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata da Reforma Tributária, conforme anunciou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. De acordo com a mesa diretora, o senador Eduardo Braga foi designado relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Tanto ele quanto outros senadores já identificaram pontos no texto aprovado pelos deputados que podem ser alterados na tramitação no Senado, principalmente aqueles introduzidos no final da tramitação na Câmara Federal.

— Estimamos um prazo de dois ou três meses para o amadurecimento de todos os pontos da reforma. O Congresso deve uma Reforma Tributária ao Brasil, tenho muita convicção de que a entregaremos ainda neste ano — disse Pacheco.

O tema da Reforma Tributária tem sido discutido no Congresso Nacional há três décadas, mas nunca foi aprovada uma modificação sistêmica. Em seu perfil no Twitter, Pacheco defen-

deu que o Brasil tenha, o mais rápido possível, um modelo tributário simplificado e moderno. Esses são os objetivos principais da PEC, a qual transformará cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) em três: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo. Cada novo tributo terá um período de transição.

PRÓXIMOS PASSOS

A CCJ será a única comissão em que a PEC passará antes de ser analisada em Plenário. Segundo Eduardo Braga, o plano de trabalho deverá ser apresentado em agosto e terá destaque para conflitos sobre a autonomia dos estados e municípios.

— A possibilidade de os estados criarem novos tributos será um dos pontos que terá ênfase no plano de trabalho. Mas uma coisa eu posso dizer: não vejo espaço para aumento de carga tributária

no país — declarou Braga, rechaçando a possibilidade de a reforma ser fatiada para uma aprovação rápida.

O presidente da Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), senador Vanderlan Cardoso, disse que o colegiado contribuirá para os debates com até três audiências públicas por semana.

— Vamos instruir um grupo de trabalho para fazer audiências públicas ouvindo os setores da economia, o governo e as prefeituras para colaborar com o relator, que também fará parte do grupo. Tem diversos pontos em que há polêmica e que, com certeza, devem ser alterados — afirmou Vanderlan.

REGIMES DIFERENCIADOS

Para o senador Randolfe Rodrigues, líder do governo no Congresso Nacional, o Senado poderá diminuir a quantidade de setores que se beneficiam de isenções ou alíquotas menores. Segundo Randolfe, muitas isenções aumentarão a alíquota dos novos tributos para os demais setores, para compensar a perda em arrecadação.

— Quanto mais isenções, maior a alíquota será. O Senado vai ter que cumprir esse papel de tentar ajustar ou reduzir o número de isenções para poder reduzir, ao fim, o percentual da alíquota. Esse é o desafio — projetou o senador.

TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O senador Rogério Marinho considera que a figura do Conselho Federativo não é oportuna e

O plano de trabalho deverá ser apresentado em agosto e terá destaque para conflitos sobre a autonomia dos estados e municípios.

bater e revisar Tributária

SESCON-RS

Para o presidente do SESCO-RS, Flávio Ribeiro Júnior, “há necessidades de ajustes que deverão ocorrer no Senado. Somos a favor de uma Reforma Tributária, mas não no afogadilho que vimos. Reforçamos: somos contra qualquer aumento da carga tributária, ainda mais no setor de serviços e agronegócios, porque isso onera não só alimentos, mas todo um setor que move significativamente a economia, e, consequentemente, gera inflação”.

Ainda, “quando falamos em afogadilho, é válido salientar que tivemos menos de 48 horas para analisar o último texto, de um tema de tamanha relevância. Isso revela uma total falta de transparência do processo legislativo. Entendemos que, antes de aprovar o texto, teríamos que fazer simulações e entender melhor as propostas, o que demandaria um debate na sociedade com o Congresso Nacional”, alertou o presidente.

“Acreditamos que vai haver mudanças no texto recebido pelo Senado. Com isso, o texto retorna à Câmara dos Deputados antes de ir para a sanção presidencial. É fundamental que se garanta a simplificação e o não aumento da

carga tributária de maneira explícita no texto, de modo a não permitir que a legislação posterior o faça. Ainda, por sermos os principais operadores do sistema tributário, é preciso que a folha de salários gere crédito dentro da não cumulatividade ampla da CBS. A essência de um IVA visa à não cumulatividade plena, então, ter o crédito sobre a folha de salários é fundamental para que esse preceito se cumpra”, afirmou.

Sobre o IVA dual, Ribeiro Júnior diz que “a tributação sobre o consumo de bens e serviços é a principal fonte de arrecadação do governo”. A carga tributária no Brasil chegou a 33,7% do PIB, e, desses, 13,4% corresponderam aos impostos e às contribuições sobre o consumo.

ALÍQUOTAS

Na avaliação do presidente do SESCO-RS, “neste primeiro momento, a expectativa, a partir da aprovação no Senado, é de aumento ou redução da carga tributária para o setor de serviços? Por quê? Ainda não temos um texto com a definição das alíquotas. Esperamos que os senadores façam uma análise mais detalhada, incluindo reflexos das alíquotas por setores, chegando a soluções para estabilidade do setor de serviços, simplificação do sistema e competitividade das empresas do



FOTO: DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

FLÁVIO RIBEIRO JÚNIOR

Simples no novo modelo”.

No texto final aprovado pela Câmara, constou previsão assegurando que a carga tributária não será elevada. Porém, isso depende também de regulamentação. Pode-se aumentar o percentual dos impostos e das contribuições para os serviços, sem, necessariamente, ter aumento na carga tributária total.

Por fim, “o governo já publicizou que a alíquota ficará próxima a 25%, mas seria de extrema relevância se ter conhecimento do percentual pretendido para certeza dos impactos para os mais diversos contribuintes e do cumprimento da promessa de manutenção da carga tributária”, concluiu.

FAZENDA MUNICIPAL

O secretário da Fazenda de Porto Alegre, Rodrigo Fantinel, avaliou que “tem uma diretriz clara que a PEC 46 ficou um pouco afastada e tem um modelo de IVA dual que nós vamos trabalhar. Tanto na ABASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais) e a Frente Nacional dos Prefeitos irão sugerir melhorias no texto que foi aprovado. Obviamente que as melhorias são voltadas para os municípios, mas também são aperfeiçoamento na forma de tributação como um todo.

Fantinel observa que “tem algumas melhorias na própria função do IBS, pois está ficando muita coisa para leis complementares e é importante colocar algumas seguranças no texto constitucional, que nos permita deixar para lei complementar só questões mais operacionais. Temos, ainda, preocupação com a

carga tributária. Foi colocada no texto uma quantidade grande de exceções. Isso significa que a alíquota de referência vai ter que ser maior e, segundo o IPEA, poderia chegar a 28%. Isso teria consequências no Brasil, com o maior percentual de IVA no mundo”, comentou.

Em se tratando do ISS, imposto municipal, Fantinel disse que “o ISS é um tributo que terá ainda uma vida relativamente longa, pois a transição do ISS se completa em 2033. A gente continua trabalhando com o ISS. A transição, conforme o texto, está prevista entre 2029 e 2033. Até 2029, o ISS continua com a alíquota cheia. Nós agora já estamos trabalhando no desenvolvimento de uma nova nota fiscal eletrônica de serviços.

Mesmo que o ISS seja extinto em 2033, o município ainda terá cinco anos para fazer lançamento de ISS. Na prática, até 2038 ainda iremos conviver com ISS, uma vida bastante longa pela frente. A



RODRIGO FANTINEL

Fazenda municipal continuará trabalhando com ISS e tributos próprios, IPTU e ITBI, importantes fontes de receita também, mesmo que o ISS seja a principal fonte de arrecadação. No IPTU, nós iremos lançar neste ano somente com a correção do IPCA e com possibilidade de descontos maiores para quem emitir nota fiscal de serviço com CPF”, concluiu o secretário da Fazenda.

que o texto precisa de mais tempo para debate.

— O projeto, de fato, foi apresentado 10 minutos antes do início da sessão do Plenário da Câmara. Não tenho dúvida que a grande maioria dos parlamentares votou sem conhecer as minúcias e os impactos do texto. O governo sequer teve a preocupação de acompanhar essa discussão. Todas as concessões que foram feitas não passaram pelo crivo da

O senador Rogério Marinho considera que a figura do Conselho Federativo não é oportuna e que o texto precisa de mais tempo para debate.

Receita Federal, do Ministério da Fazenda... Há necessidade enorme que o Senado se debruce para verificar as incongruências. Defendemos a descentralização dos recursos, e a criação desse conselho que concentra os recursos no governo federal para, depois, distribuir os impostos arrecadados para estados e municípios vai na contramão do que entendemos como adequado — apontou Marinho.

OAB-RS

Um dos segmentos de serviço que poderá ter impacto na Reforma Tributária é o da advocacia. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional RS, Leonardo Lamachia, disse que a entidade “realizou a nona audiência pública em 18 meses de gestão para alertar que a PEC 45/2019 implica no aumento da carga tributária e na diminuição de autonomia dos municípios. Os setores de serviços e dos profissionais liberais serão duramente atingidos, e a discussão sobre o pacto federativo, que deveria ser no sentido da ampliação das receitas aos municípios e do aumento da sua autonomia, vai exatamente na contramão dessa lógica

que é justa e razoável”, alertou.

Para Lamachia, “os profissionais liberais terão tributado o preço dos seus serviços em aproximadamente mais 20%, chegando a uma carga de 33%. Há, também, uma proposta de tributar os lucros em aproximadamente 15%, gerando um acréscimo inaceitável para aqueles que têm a distribuição de lucros como a remuneração do seu trabalho”, criticou.

Da mesma forma que o SESCON-RS, “a OAB/RS é favorável a uma reforma tributária no Brasil, mas desde que ela não implique em aumento da carga tributária para sociedade gaúcha e brasileira. Nós entendemos que precisamos da simplificação do sistema com uma rediscussão do pacto fede-



LEONARDO LAMACHIA

rativo. A sociedade brasileira não aguenta mais carregar um Estado pesado e ter que financiá-lo com iniciativas que impliquem em governos colocarem a mão no bolso do cidadão”, finalizou.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

É RÁPIDO, É SEGURO

15% DESCONTO
PARA ASSOCIADOS

VOCÊ ESCOLHE O MODELO DE ATENDIMENTO:

PRESENCIAL
VÍDEOCONFERÊNCIA
SESCON FLASH
(nós vamos até você)

FALE CONOSCO
Escaneie o QR Code



SESCONRS
SINDICATO A SERVIÇO DA SOCIEDADE



SCANNING... ■■■■■

Os riscos da Reforma Tributária

POR DIOGO CHAMUN

Tratada como pauta prioritária, tanto pelo governo quanto pelo Congresso Nacional, a Reforma Tributária (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 45/2019) foi votada e aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, e agora será votada no Senado Federal.

Essa urgência se dá muito pela intenção do governo de aprovar a reforma sobre o consumo neste primeiro momento, para, ainda neste ano, aprovar a reforma sobre a renda e patrimônio, que abordará mudanças do Imposto de Renda, tributação dos dividendos, imposto sobre grandes fortunas, entre outros.

Caso seja aprovada no Senado, vai para sanção do Presidente da República. Porém, se os senadores fizerem alterações no texto, a proposta de reforma volta para ser debatida na Câmara.

Importante ressaltar que o objetivo de uma reforma tributária no Brasil é simplificar o sistema tributário e, por consequência, trazer maior desenvolvimento da economia. Facilitar o pagamento de impostos, diminuir o tempo de cumprimento de obrigações acessórias, corrigir distorções sociais e aproximar as regras fiscais brasileiras ao padrão dos países que lideram os mercados globais são as prin-

cipais métricas para seu êxito.

O texto em debate propõe muitas mudanças e divide a sociedade pela sua aprovação. O setor de serviço tem se posicionado muito forte de forma contrária à sua aprovação, assim como boa parte dos municípios, que temem perder arrecadação e sua autonomia.

Além disso, por algumas medidas propostas, a reforma está indo frontalmente contra a simplificação do ambiente fiscal e tributário, como é o caso da transição de 8 anos, que obriga as empresas a apurarem os impostos por dois sistemas. Assim como as empresas do Simples nacional, que, para gerarem crédito integral nas suas vendas, também terão que apurar os impostos por dois sistemas.

Outro aspecto que dificulta o debate é a falta de definição das alíquotas, as quais serão definidas mais adiante por lei complementar. Sabemos que é um procedimento correto, já que uma PEC



não define as alíquotas, mas seria fundamental termos acesso aos cálculos e projeções. “Ouvimos falar” que a alíquota padrão será de 25% ou 28%, mas não há uma posição oficial.

Com a aprovação na Câmara dos Deputados, a chance de a reforma ser aprovada cresceu, mas, ainda assim, vai depender de uma articulação muito forte, prevalecendo o aspecto político, inclusive podendo passar por cima dos interesses de boa parte da sociedade.

Diretor de Políticas Estratégicas e Legislativas

Gestão Contábil na prática

Se o objetivo do empresário contábil é colocar na prática os aprendizados do curso G+ | Potencializando a gestão do seu negócio, a oportunidade de realização já tem data para começar: dia 4 de setembro, quando já acontece o workshop de Integração e o Diagnóstico Empresarial.

A partir desse momento até o dia 14 de dezembro, data da formatura e entrega de certificados, o aluno-empresário terá que botar a mão na massa, com aplicação em tempo real em seu negócio, dos aprendizados técnicos que irão levá-lo a concluir seu projeto de Gestão de Excelência durante todo o andamento do curso.

De acordo com a coordenadora técnica do curso e consultora, Fernanda Klauck, “o objetivo do SESC-ON-RS em formatar esse curso, totalmente desenhado para o setor contábil, é auxiliar as lideranças das empresas contábeis a planejarem e implementarem na prática as ações continuadas que gerem resultados. Por isso, o curso está formatado para que o aluno possa desenvolver um projeto, com foco em uma

necessidade específica de sua empresa”, disse a coordenadora.

“É um curso que irá preparar os empresários contábeis a alavancarem seus negócios através da adoção de um projeto pontual, de uma necessidade que deseja implementar, de uma dificuldade que deseja superar. A partir deste curso, onde a prática acontece de forma simultânea ao aprendizado, o empresário terá um acompanhamento técnico com horas de consultoria específicas para sua empresa, por consultores com experiência em empresas contábeis. É um modelo de curso que todos desejam, unindo a teoria com a prática”, comentou Fernanda.

De acordo com a grade curricular, os alunos irão passar por nove módulos, iniciando com o Diagnóstico Empresarial e seguindo por Inovação, Gestão Estratégica, de Pessoas, de Processos, de Comercial e Marketing e finalizando com o modelo de gestão da excelência, a gestão dos resultados e, por fim, a apresentação de projetos.

O público-alvo são diretores e lideranças atuais ou potenciais que queiram implementar ou aprimorar as suas



FERNANDA KLAUCK

práticas de gestão e obter melhores resultados. Entre os benefícios de realizar o curso, estão o desenvolvimento da visão sistêmica, conhecer práticas de empresas de referência e a troca de experiências.

Um dos destaques do curso será a apresentação, no final de cada módulo, de um case real apresentado por empresas que já fazem parte do PQC – Programa Qualidade Contábil. E, também, haverá uma visita técnica à empresa Inovare, de Cachoeirinha.

Mais informações e inscrições podem ser obtidas no SESC-ON-RS através do site, na aba Cursos, ou pelo telefone (51) 3343-2090.

O curso está formatado para que o aluno possa desenvolver um projeto, com foco em uma necessidade específica de sua empresa.

Validação Eletrônica em tempo real

O Certificado Digital Fenacon/ SESCON-RS está com novidades desde o dia 1º de agosto. A principal delas, segundo Wellington Teixeira de Andrade, assessor da Diretoria de Negócios, é a Validação Eletrônica, que permite a emissão do certificado digital de forma 100% digital. Mesmo que permaneça com a opção presencial, o novo modelo traz como benefícios a flexibilidade da operação, como também agilidade em obter o certificado em tempo real. Além desta importante evolução no sistema de emissão do documento digital, a ferramenta recebeu ajustes em seus modelos operacionais e comerciais.

“Com essas mudanças, o SESCON-RS, que é nossa parceira como unidade de Autorização de Registro, terá mais espaço para suas ações comerciais e melhor atender aos seus clientes na base do Rio Grande do Sul. Com essa flexibilidade de atendimento, estaremos mais competitivos no mercado, oferecendo às empresas contábeis e aos seus clientes um caminho

seguro, de credibilidade, do Certificado Fenacon-CD”, disse Wellington.

De acordo com o assessor de negócios da Fenacon, “o objetivo institucional da Federação é que empresas de serviços do RS tenham no SESCON-RS o seu endereço de certificação digital. A exemplo como acontece com os advogados, que utilizam o certificado da OAB ou dos médicos, junto aos conselhos e sindicatos da categoria. O setor contábil está para o SESCON-RS como a advocacia para a OAB”, reafirma.

Segundo apurou a Fenacon, nos últimos cinco anos, o crescimento de emissão de certificação digital



WELLINGTON TEIXEIRA DE ANDRADE

cresceu na ordem de 12% ao ano, muito pelo apoio dos escritórios contábeis e pela fidelização de clientes. “Agora, com a Validação Eletrônica, com a emissão em tempo real, os usuários terão o conforto de solicitar e receber sua certificação direto de sua empresa ou de seu escritório remoto (home office).”

O SESCON-RS mantém sua unidade de Autoridade de Registro nos dois sistemas, presencial em sua sede, em Porto Alegre, e agora também pela Validação Eletrônica.

Com essa flexibilidade de atendimento, estaremos mais competitivos no mercado, oferecendo às empresas contábeis e aos seus clientes um caminho seguro, de credibilidade, do Certificado Fenacon-CD.

Reforma Tributária – Um olhar crítico

POR GUSTAVO INÁCIO DE MORAES

A Reforma Tributária foi aprovada na Câmara dos Deputados em primeiro turno: ainda haverá 2 turnos no Senado e outro turno, na própria Câmara. Ainda há muita discussão e muitos aperfeiçoamentos ou rejeições a serem considerados.

A reforma, baseada na PEC 45, contudo, é apenas para os impostos indiretos e de patrimônio. Provavelmente, há a intenção de reformar, futuramente, também o Imposto de Renda, perfazendo então o que seria uma reforma tributária ampla.

A reforma possui méritos, apresentados pelos seus proponentes, de simplificar a estrutura de tributos indiretos, consolidando-os em apenas dois tipos, o CBS e o IBS – contribuição e imposto, respectivamente, sobre serviços. Além da simplificação, outro mérito que se aponta é a não cumulatividade prevista na incidência das novas categorias de tributos.

Entretanto, o resultado é que teremos uma oneração dos setores de serviços e da agricultura

e uma desoneração da indústria, grande compradora de insumos e, portanto, sujeita à cumulatividade hoje presente no IPI e no ICMS. Todavia, como resultado da votação, uma série de decisões sensíveis, como a alíquota dos tributos, a partição dos recursos nos entes federativos, as exceções e os detalhes de arrecadação serão definidos em leis complementares, descharacterizando eventualmente a proposta.

Destacamos que a alíquota, item crucial de qualquer tributação, está ainda para ser definida com estimativas que poderá ser a maior do mundo, acima de 27%! Quanto mais exceções houver, mais a alíquota tenderá a se ampliar. Ressaltamos que o argumento estabelecia que a lógica de tributação seria semelhante à de inúmeros países, porém sem comprometer-se com a paridade de alíquotas.

A reforma



aponta para direções problemáticas quando se pensa no desenvolvimento econômico brasileiro futuro. Apesar da simplificação, (i) estabelece mais impostos para dois setores que lideram o crescimento econômico, agricultura e serviços; (ii) assinala que o setor público não terá ou fará qualquer esforço; (iii) centraliza as receitas, criando indefinições sobre futuras distribuições de recursos, e (iv), ainda, confirma a permanência de impostos indiretos na estrutura tributária em significativo percentual.

Professor da Escola de Negócios da PUCRS

A reforma aponta para direções problemáticas quando se pensa no desenvolvimento econômico brasileiro futuro.



*Na Sicredi União Metropolitana RS, a **folha** rende mais.*

Já imaginou uma instituição financeira onde a sua Folha de Pagamento, além de atender as necessidades dos colaboradores, também traz ganhos para a sua empresa?

Aqui na Sicredi União Metropolitana RS é assim.

Nós cuidamos da sua equipe e da sua empresa com os melhores produtos e serviços que só uma instituição financeira cooperativa pode oferecer.

Para sua Empresa

*Plano de Saúde Médico e Odontológico
Vale Alimentação e Refeição (Benefício PAT)
Programa de Educação Financeira
Plataforma de Cursos Online*

Para sua Equipe

*Cartão sem anuidade
Crédito Consignado
Plano Odontológico
E muito mais!*



Abra sua conta
na Sicredi União
Metropolitana RS
digitalizando o QR Code
ou visitando uma
de nossas agências.

sicredi.com.br

WhatsApp:
51 3358.4770

